

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”

Documentos convocatórios: Ofício CBHLSJ nº 69/2026, de 17 de abril de 2026.

Data: 22/04/2026
Hora: 09hrs30min

Local: Sede do CBHLSJ, localizada na Avenida Um, nº 01, Lote 01, Quadra 11, Loja 02, Jardins de São Pedro, São Pedro da Aldeia/RJ.

Membros: José Carlos Teixeira e Evanildo Azeredo Sena (APESCARPEGIN); Francisco da Rocha Guimarães Neto (APASLA); Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho e Aline Thomazi da Silva (FIPERJ); Eli da Costa Cardoso (APABLA); Breno Bento dos Santos (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Pablo Jardim dos Santos (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Reginaldo de Souza Costa (ASPAPRAB), Pérola Vantine (CILSJ); André Junior (Secretaria de Agricultura Pesca de Araruama); Cláudia Magalhães (CILSJ) e Yamara F. Melo (CILSJ).

Convidados: Pérola Vantine (CILSJ); André Junior (Secretaria de Agricultura Pesca de Araruama); Cláudia Magalhães (CILSJ); Yamara F. Melo (CILSJ); Don(ASPAPRAB); Sueli Aparecida Da Silva (IPEDS).

Pauta:

- 1. Aprovação de recurso complementar para execução do curso Turismo de Base Comunitária (20mil);***
- 2. Aprovação do recurso para alimentação em eventos da CT Pesca no valor de 30mil;***
- 3. Aprovação de recurso para prorrogação de auxílio à Fiscalização Integrada;***
- 4. Deliberação para aquisição de equipamento de contenção para dragagem;***
- 5. Assuntos Gerais.***

Resumo:

A reunião teve início às 09hrs30min do dia 22 de abril de 2026, onde os participantes presentes se apresentaram e houve a recepção ao novo Secretário de Agricultura e Pesca de Araruama, o Sr. André Mônica. O Secretário enfatizou a necessidade imperativa de reaproximação entre o município e o Consórcio Lagos São João, reconhecendo que a gestão da Laguna de Araruama depende diretamente da entrada do ecossistema e da cooperação mútua. Dando prosseguimento ao primeiro item de pauta, ***1- Aprovação de recurso complementar para execução do curso Turismo de Base Comunitária (20mil)***; O Sr. Francisco Guimarães (APASLA) explicou que o projeto inicial foi aprovado com aporte de R\$40.000 reais, entretanto a Sra. Yamara Melo (CILSJ) apresentou a necessidade de suplementação orçamentária de R\$20.000,00 para o Curso de Condutor de Turismo de Base Comunitária (TBC), totalizando R\$ 60.000,00. A justificativa técnica baseia-se na defasagem das cotações iniciais frente ao mercado para garantir a execução do curso. A Sra. Cláudia Magalhães (CILSJ) explicou que a contratação será feita

preferencialmente por chamamento público, permitindo a participação de associações ou universidades e o Sr. Francisco Guimarães destacou a importância de a empresa contratada realizar uma mobilização ativa nas comunidades, trabalhando em conjunto com as associações de pesca para selecionar os participantes de forma transparente. A Sra. Yamara Melo procedeu para a leitura do escopo do Projeto de Turismo de Base Comunitária, destacando que o projeto terá duração de oito meses, capacitando 20 participantes com foco em pescadores artesanais e seus familiares. A carga horária de 50 horas será distribuída em 10 encontros (seis teóricos, dois oficinas práticas e duas visitas técnicas). O conteúdo abrange segurança náutica, primeiros socorros, hospitalidade e gestão. Durante a leitura destacou-se os requisitos mínimos necessários para a equipe técnica que irá aplicar o curso, exigindo nível superior e três anos de experiência em TBC. O colegiado aprovou a suplementação do valor e solicitou correção quanto a meta de conclusão de 75% para 80% dos inscritos, a fim de se coibir a evasão e garantir a eficiência dos recursos aplicados. Na sequência seguiu-se para o segundo item da pauta, **2- Aprovação do recurso para alimentação em eventos da CT Pesca no valor de 30mil;** A Sra. Cláudia Magalhães esclareceu que a Resolução proposta tem o objetivo de dar autonomia administrativa à Câmara Técnica, separando estes custos operacionais do contrato de alimentação da fiscalização integrada, o que permite uma gestão com maior transparência na prestação de contas dos eventos realizados pela CT Pesca. Desta forma, os membros presentes concordaram com a aprovação da destinação de R\$ 30.000,00 para o fornecimento de alimentação em eventos específicos da CT Pesca. Adiante, discutiu-se a continuidade do apoio logístico à fiscalização com o terceiro item da pauta, **3- Aprovação de recurso para prorrogação de auxílio à Fiscalização Integrada;** No que se refere aos contratos vigentes relacionados às ações de fiscalização, foi informado pela Sra. Yamara Melo que o contrato de fornecimento de kit alimentação possui vigência até 1º de agosto, coincidindo com o início do segundo período de defeso. O contrato de fornecimento de combustível permanece vigente até 4 de setembro, enquanto o contrato referente à marina expira em 9 de outubro. Já o contrato de manutenção das embarcações e motores tem vigência até 29 de maio de 2026. A Sra. Cláudia Magalhães esclareceu que, em relação ao contrato de alimentação, foi destacado que ainda há saldo disponível no valor aproximado de R\$ 25.000, correspondente a cerca de 5.490 kits alimentação. Considerando-se a necessidade de atendimento a dois períodos de defeso, foi sugerida a possibilidade de prorrogação contratual, bem como a utilização do limite legal de 25% para aditivo de valor, caso necessário. No tocante ao contrato de combustível, foi informado que ainda há saldo disponível de aproximadamente R\$ 16.000, sendo possível igualmente sua prorrogação por mais um ano, com eventual reforço orçamentário. Quanto à marina, ressaltou-se a necessidade obrigatória de renovação contratual, uma vez que o custo mensal de aproximadamente R\$ 800 garante o armazenamento da embarcação do consórcio, sendo imprescindível a continuidade do serviço para evitar a indisponibilidade de local adequado. Sobre o contrato de manutenção dos barcos, foi esclarecido que o contrato já venceu e não pode haver novos termos aditivos, porém a nova contratação já está tramitando. Durante a discussão, o Sr. Breno Bento perguntou sobre a possibilidade de ampliação do escopo do contrato de manutenção para contemplar também embarcações das prefeituras, proposta que já havia sido anteriormente debatida, porém não aprovada à época da antiga diretoria. Deliberou-se pelo encaminhamento da proposta “estender o contrato de manutenção do barco do consórcio aos barcos das prefeituras envolvidas na fiscalização” à plenária para nova avaliação, considerando a recorrente necessidade de manutenção das embarcações utilizadas na fiscalização e a existência de recursos disponíveis. O Sr. Reginaldo Costa (ASPAPRAB), relatou problemas operacionais, como a embarcação do consórcio apresentando vazamentos, e a Sra. Cláudia Magalhães informou que não houve comunicação formal dessas ocorrências, destacando-se a importância da elaboração de relatórios técnicos para subsidiar a utilização dos

contratos de manutenção. Adicionalmente, o Sr. Reginaldo Costa (ASPAPRAB), registrou falhas na execução do contrato de fornecimento de alimentação, incluindo a entrega de produtos em condições inadequadas e o Sr. Francisco Guimarães especificou que, novamente, não houve comunicação formal à gestão. Como encaminhamento, sugeriu-se o aprimoramento das cláusulas contratuais, incluindo a obrigatoriedade de entrega adequada pela contratada, e o Sr. Francisco Guimarães destacou a necessidade de registro e envio de evidências (como fotos e comunicações formais) para viabilizar providências administrativas. A Sra. Yamara Melo informou também um canal direto para recebimento de denúncias via e-mail institucional da mesma. Por fim, deliberou-se, de forma preliminar, pela não realização de aditivos imediatos, priorizando a reestruturação dos contratos vigentes e o planejamento de novas contratações, especialmente no que se refere ao fornecimento de alimentação. Foi sugerido o início antecipado do processo licitatório para evitar descontinuidade dos serviços, bem como a manutenção dos valores praticados anteriormente, a serem submetidos à formalização por meio de resolução específica. Posteriormente seguiu-se para o quarto item de pauta, 4- ***Deliberação para aquisição de equipamento de contenção para dragagem***; onde a Sra. Yamara Melo detalhou a aquisição de barreiras para o controle de sedimentos na dragagem da enseada da Praia do Siqueira e apresentou uma análise comparativa de seis tipos de barreiras para contenção em ambientes de dragagem, sendo a "cortina de turbidez" (Tipo 1) escolhida coletivamente por sua eficiência técnica no controle de sedimentos e viabilidade de reuso, mantendo a verticalidade da barreira no leito lagunar através de lastros de corrente ou chumbo sem afetar a hidrodinâmica externa à área de intervenção. Cabe destacar que o Sr. Francisco Guimarães explicou que a compra do método de barreira deveria ter sido feita pelo órgão fiscalizador responsável pela draga, entretanto em uma reunião da CT Pesca, foi decidido à aquisição desse material por meios próprios do comitê. Por fim, em ***Assuntos Gerais*** o Sr. Francisco e o Sr. José Carlos (APESCARPGIN) relataram a iminente visita de consules italianos na Laguna de Araruama para conhecer os projetos de Turismo de Base Comunitária e da cadeia produtiva local. O Sr. Francisco Guimarães explicou que o objetivo é atrair investimentos do consulado para estruturar as organizações de pesca e permitir que o pescado chegue à Itália. Além disso, ele explicou que há uma parceria com a Frescato, empresa multinacional, que está estudando a logística para entregar o pescado na Itália, país onde ainda não operam especificamente, embora já exportem para outros locais da União Europeia. A empresa demonstrou interesse devido a um déficit de 35% no suprimento de pescado artesanal, que eles atualmente importam do Chile por falta de fornecedores brasileiros legalizados visto que no Brasil um dos maiores entraves discutidos foi a falta de infraestrutura e do selo de inspeção federal (SIF) necessário para a exportação. O Sr. André Mônica comentou sobre a possibilidade de inclusão do pescado na merenda escolar e em resposta, o Sr. Francisco Guimarães explicou que o projeto está em fase de adequação sanitária e aquisição de equipamentos (como tanques de imersão) para obter as certificações necessárias para esses processos de venda do pescado. No âmbito da Identidade Geográfica (IG), a Câmara rebateu críticas sobre a qualidade do peixe, citando que há laudos técnicos que atestam a segurança para consumo humano, mesmo em áreas próximas a antigos pontos de vazamento. Em seguida, o Sr. Francisco Guimarães apresentou queixa formal contra o ferry boat na área 3 da Lagoa referente ao município de Araruama, visto que a largura excessiva de 300 metros impede a pesca tradicional, o Sr. André Mônica pediu que o registro dessas discussões constasse na sinopse para que essa documentação sirva de base para que ele possa levar o assunto oficialmente à prefeita de Araruama e analisar a possibilidade de mudanças. A Sra. Aline Thomasi (FIPERJ) relatou que, durante as oficinas realizadas para identificar as dinâmicas e dificuldades da pesca, o impacto do ferry boat foi uma queixa quase unânime pelos pescadores em Araruama e também foi citada pela comunidade de Arraial do Cabo, ela destacou que os pescadores

mencionaram expressamente que não foram consultados no momento em que o trajeto da embarcação e o espaçamento das boias de balizamento foram decididos. O Sr. André Mônica solicitou à equipe da FIPERJ que lhe fosse enviado o relatório que documenta os conflitos e dinâmicas da pesca na região e destacou que esse relatório, junto com um documento do comitê que faça uma provocação à secretaria de pesca de Araruama a partir das denúncias destacadas na reunião, é essencial para instruir o processo, trazendo a insatisfação presente de forma técnica para embasar o pedido de redução da largura do canal de navegação. O Sr. Roni Ribeiro (APAGPLA) destacou as experiências negativas como a perda de redes devido à passagem do ferry boat em percursos proibidos, e também a dificuldade de espaçamento nas épocas de alta temporada. Após essa discussão, os presentes iniciaram as falas acerca da fiscalização integrada da Laguna de Araruama no período de defeso, iniciando com o Sr. Eli Cardoso (APABLA) que relatou a falta de valorização da categoria pelos municípios, destacando a ausência de formalização profissional, como carteira assinada e registros adequados, além da invisibilidade institucional, apesar da relevância econômica e social da atividade pesqueira. Foi ressaltado que, mesmo diante das condições adversas e da degradação ambiental da lagoa, os pescadores continuam atuando, porém enfrentam desrespeito por parte de autoridades, além de situações de ameaça, repressão e violência ao longo dos anos. Também foi denunciada a existência de práticas ilegais dentro da lagoa, inclusive por indivíduos ligados ao poder público, sem a devida responsabilização, evidenciando desigualdade na fiscalização. E destacou a resistência histórica dos pescadores frente às dificuldades, incluindo episódios de repressão, prisões e conflitos diretos, mencionando que essas lutas resultaram em avanços institucionais, como a criação de normativas que hoje orientam a atividade. Ainda assim, foi pontuado que há frustração quanto à atuação de representantes que, segundo relatos, não correspondem às demandas reais da categoria, limitando-se a discursos sem ações efetivas. Em seguida, o Sr. Breno Bento (Secretaria de São Pedro da Aldeia) fez uma intervenção para contextualizar as ações do município, ressaltando que a organização local da pesca é referência na região, sendo reconhecida inclusive por órgãos federais. Informou que, no ano de 2025, o município foi o único a apresentar relatórios sistematizados de fiscalização, com destaque para o volume expressivo de redes apreendidas, resultado de operações contínuas. Destacou, no entanto, que a atuação enfrenta desafios significativos, como riscos à integridade das equipes, episódios de agressão durante fiscalizações e a atuação de informantes que alertam infratores sobre as ações em campo. Também foi mencionada a dificuldade de manter operações efetivas sem o apoio conjunto dos demais municípios, reforçando que a fiscalização isolada compromete os resultados. Ainda nessa linha, o mesmo destacou a influência de fatores políticos, especialmente em períodos eleitorais, que podem interferir na continuidade e intensidade das ações de fiscalização. Apesar disso, afirmou que a orientação da gestão municipal de São Pedro da Aldeia é pela manutenção de uma atuação técnica e imparcial, baseada no cumprimento da legislação, independentemente de pressões externas. Em seguida, o Sr. Francisco Guimarães propôs como encaminhamento o fortalecimento da fiscalização integrada entre os municípios, com a elaboração e envio de ofícios aos secretários municipais, prefeitos e ao Ministério Público Federal e Estadual, solicitando maior comprometimento institucional e apoio às ações conjuntas. A proposta visa aumentar a efetividade das fiscalizações e garantir respaldo legal e político às equipes envolvidas. No final, o Sr. José Carlos fez o pedido de uma moto bomba para realizar a manutenção de áreas da laguna, utilizando o jato de água para espalhar o sedimento acumulado. O Sr. Francisco Guimarães sinalizou que a Prolagos, já havia fornecido uma bomba de grande porte em uma ocasião anterior e os membros da Câmara Técnica destacaram que o empréstimo seria a via mais ágil para atender a demanda, citando que, em experiências passadas, o processo de cessão levou apenas cerca de três dias. A discussão foi encerrada com a confirmação de que o pedido de empréstimo seria encaminhado para o suporte

aos pescadores. Não havendo mais assuntos para discussão, o Sr. Francisco agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:





Relator: Pérola Vantine, revisado por Yamara

Elaborado em: 05 de maio de 2026

Aprovado em: 17/07/2026


FRANCISCO ROCHA GUIMARÃES
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura
CBHLSJ

Assinado digitalmente via ZapSign por
Francisco da Rocha Guimarães Neto
Data 22/07/2026 09:11:54.438 (UTC-0300)

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 22 Julho 2026, 09:11:54

Status: Assinado

Documento: Sinopse_de_reunião_CT Pesca 22-04-2026.Pdf

Número: a776f273-c7b5-4cf1-8931-7f3872ea9ed4

Data da criação: 21 Julho 2026, 09:44:39

Hash do documento original (SHA256): b69d0a898dce8ebaeaf941e051b7b2a89b2cb8a6daff5cff3ef83ded35df24b8



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES NETO Data e hora da assinatura: 22/07/2026 09:11:54 Token: a682df1c-2a4c-4da6-88a2-753be71d9979		Assinatura  Francisco da Rocha Guimarães Neto
Pontos de autenticação: Telefone: 5522999591043 E-mail: chicopescador2014@gmail.com		IP: 177.26.68.95 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/30.0 Chrome/143.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número a776f273-c7b5-4cf1-8931-7f3872ea9ed4, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br